

Instituições e desenvolvimento econômico: contribuições teórico-analíticas veblenianas

**Michele Dreger Vasconcelos Silva^I, João Henriques de Sousa Júnior^{II},
Sílvio Antônio Ferraz Cário^{III}**

RESUMO

As instituições estão presentes em nosso dia-a-dia, mas a generalização do termo acabou por distanciá-lo do pensamento de origem, a economia. Quando analisada a economia institucional, percebe-se que ela se apresenta em distintos períodos, dentre eles, o primeiro, hoje denominado de Velha Economia Institucional (VEI), foi em grande parte fundamentado nas teorias de Thorstein Veblen (1857-1929). Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo selecionar e apresentar as principais categorias analíticas presentes nos estudos de Veblen e seus intérpretes. Partindo de uma revisão de literatura, foram consideradas as seguintes categorias para análise: a crítica à economia tradicional e a proposição de uma economia evolucionária e interdisciplinar; os instintos; os hábitos; as instituições; a racionalidade; e, a mudança institucional. Dessa forma, estruturou-se uma proposta de esquema institucionalista de desenvolvimento econômico a partir das ideias de Veblen.

Palavras-chave: Thorstein Veblen; Economia institucional; Desenvolvimento econômico

ABSTRACT

Institutions are present in our day-to-day life, but the generalization of the term has eventually distanced it from the original thought, the economy. When analyzing the institutional economics, one can perceive that it presents itself in different periods, among them, the first one, today denominated of Old Institutional Economy (VEI), was in great part based on the theories of Thorstein Veblen (1857-1929). Thus, the present work aims to select and present the main analytical categories present in Veblen's studies and their interpreters. Starting from a literature review, the following categories were considered for analysis: the critique of the traditional economy and the proposition of an evolutionary and interdisciplinary economy; the instincts; habits; institutions; rationality; and, institutional change. Thus, a proposal of an institutionalist scheme of economic development was structured based on Veblen's ideas.

Keywords: Thorstein Veblen; Institutional economy; Economic development

^I Doutoranda em Administração (PPGA/UFSC) - micheledregerufsc@gmail.com

^{II} Doutorando em Administração (PPGA/UFSC) - sousajunioreu@hotmail.com

^{III} Doutor em Ciências Econômicas (Unicamp) - fecario@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A noção de “instituição”, conquanto possa aparentar ser um termo de uso trivial nos sistemas sociais, tem sido amplamente estudado nas áreas da Economia e do Desenvolvimento, em especial, na Economia Institucional - uma vez que esteve e está presente em diversos debates acadêmicos e científicos. Isto porque, segundo Conceição (2002), as instituições são fundamentais para a compreensão das diferentes trajetórias de crescimento econômico, tanto no que se refere à análise microeconômica, quanto à macroeconômica. Ainda quanto à sua importância, Monastério (1998) afirma que as instituições são fatores significativos para o bom funcionamento dos sistemas econômicos.

Diversos autores, a exemplo de Conceição (2002) e Silva (2010), apontam para a dificuldade em definir o institucionalismo e as instituições. Enquanto Conceição (2002) aponta que definir instituições não é uma tarefa fácil, pois o termo apresenta definição complexa e, algumas vezes, ambígua; Silva (2010) levanta o questionamento de que a principal dificuldade para a definição desses termos refere-se à falta clareza na interpretação que eles têm até mesmo no conjunto das Ciências sociais. Tal dificuldade de definição e conceituação dos termos, por sua vez, torna-se uma das justificativas da possibilidade de encontrar estudos com cunho, contribuições e pensamentos das abordagens institucionalistas não apenas ligadas às iências econômicas, mas em várias outras áreas do conhecimento.

A relação com o momento histórico é de grande valia ao estudo das instituições, principalmente dentro do escopo do pensamento econômico. Cavalcante (2015) afirma que a Economia institucional foi conquistando o seu espaço nas pesquisas dentro do pensamento econômico por volta do fim do século XIX com os escritos seminais do economista e sociólogo norte-americano Thorstein Veblen (1857-1929). A autora afirma que Veblen faz parte do período compreendido como a Velha Economia Institucional (VEI)¹, e que ele foi o precursor ao construir sua teoria baseada na dedução de fenômenos econômicos a partir de postulados gerais à época, como o “homem econômico” e a “competição perfeita”.

Monastério (1998) afirma que o institucionalismo² norte-americano – do qual fizeram parte nomes como Veblen, Commons, Mitchell, Ayres, entre outros – foi uma das primeiras correntes de pensamento econômico que se propôs a trazer o conceito das instituições para o centro da análise econômica, reiterando a posição de Thorstein Veblen como precursor desta corrente. De acordo com Silva (2008, p. 135), Veblen, desde a sua formação até a maturidade na vida acadêmica, passou pelas áreas da psicologia, sociologia, filosofia e economia – em um “inequívoco roteiro interdisciplinar”. Não o bastante, aponta que a validade do trabalho de Veblen e o entendimento da história do pensamento social podem ser observados a partir do seu empreendimento à crítica obstinada à Economia neoclássica, e na forma como defendia uma interpretação econômica incorporada no arsenal explicativo da história e da sociologia.

Dito isso, Silva (2008) ressalta o ponto de que Veblen corrobora com a interdisciplinaridade, ao enfatizar que o autor aposta numa ciência social mais plural e

1. A consagrada denominação “Velha Economia Institucional” refere-se à perspectiva histórica, e não à um eventual anacronismo (CALVACANTE, 2014).

2. Importa destacar que Veblen “nunca usou o termo institucionalismo para rotular sua teoria”, de modo que expressão “Economia institucional” somente se consagrou nos EUA a partir da década de 30 (MONASTÉRIO, 1998, p. 39).

capaz de viabilizar o estudo econômico em outros – novos – horizontes de pesquisa e pensamento. Para ele, o conjunto teórico proposto por Veblen entrou não apenas para o pensamento econômico, vinculando-se a expressões como economia evolucionária e institucionalismo, mas também, e, principalmente, entrou para a história do pensamento social.

Em verdade, essas afirmações e levantamentos de Silva (2008) corroboram em grande parte com as ressalvas de Conceição (2002), em que o autor sugere que a contribuição de Veblen trouxe maior relevância para a construção do pensamento da Economia institucional, por ter sido capaz de sugerir a ideia da economia como um processo evolutivo e não estático – principal crítica que ele levanta à Economia neoclássica – e teorizar os instintos. A respeito deste, Veblen afirma que o homem é movido por instintos e que estes seriam os verdadeiros responsáveis por constituírem o que conhecemos por instituições (CONCEIÇÃO, 2002). **Nesta perspectiva, registra-se que:**

A despeito da polêmica em torno da validade ou da importância dos estudos institucionais como componentes da análise social, é inequívoca a lembrança de Veblen entre os fundadores dessa linha de investigação. Quer nas ciências sociais em sua totalidade ou estritamente na sociologia ou na economia, o autor sempre frequentou o rol dos expoentes no estudo das instituições. O peso de seus trabalhos foi sentido, de modo central ou periférico, no ambiente acadêmico norte-americano ao longo de todo o período anterior à Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2010, p. 290).

A abordagem vebleniana, portanto, carrega a primazia de que a economia só pode alcançar um novo padrão científico quando for capaz de compreender as instituições sociais, e, por isso, Veblen afastou-se do pensamento neoclássico restrito e expandiu suas contribuições ao fazer alianças com áreas que pudessem reforçar a interpretação institucional, tais como a história, a psicologia, a sociologia, a filosofia e a antropologia (SILVA, 2008). Esse direcionamento para outras áreas de pesquisa, foi determinante para que a abordagem vebleniana constituísse em um todo interdisciplinar (BLAUG, 1990). Dentre o exposto, este trabalho tem como objetivo apontar e discorrer acerca das principais categorias de análise presentes na abordagem vebleniana, que constituem os primórdios fundamentais do pensamento da Economia institucional, a partir de uma revisão de literatura, e propor um noção institucionalista de desenvolvimento econômico a partir das ideias de Veblen.

2. A CRÍTICA À ECONOMIA TRADICIONAL³ E A PROPOSIÇÃO DE UMA ECONOMIA EVOLUCIONÁRIA E INTERDISCIPLINAR

Os trabalhos de Thorstein Veblen - sua crítica e proposição – retratam as mudanças da organização e das atividades econômicas da cultura moderna. Isto porque, conforme resgata Hunt (2005 p. 302), em fins do século XIX e começo do século XX, o capitalismo passou por uma transformação fundamental em que o processo de acumulação do capital institucionalizou-se na grande empresa. Conforme o autor, nos primeiros estágios do capitalismo, as decisões individuais dos capitalistas desempenharam papel central nesse processo, contudo, a acumulação tornou-se “um processo inexorável, interminável e em espiral, com uma força e padrões de desenvolvimento bastante independentes dos atos de qualquer capitalista”. Tal compreensão é clarificada quando assinala que o Taylorismo e a administração científica mudaram a forma tradicional e individualista de acumulação de capital, e fez o final do século XIX assistir à lógica do processo de acumulação, sua regularização e institucionalização na grande corporação.

Assim, conquanto possa parecer que essa transformação institucional tenha trazido apenas mudanças econômicas, foi percebida também uma mudança na estrutura da classe capitalista. Conforme o autor, a acumulação de capital fez emergir uma nova e importante classe de administradores, mas subordinada à “velha” classe capitalista – no sentido de que a propriedade dos meios de produção manteve-se como fonte primária de poder econômico, político e social. Para ele, embora o domínio nas esferas econômica, política e social da classe capitalista permanecesse inalterado, a institucionalização do processo de acumulação permitiu que a maioria dos capitalistas mantivesse seu *status* somente com um tipo de propriedade, qualificada como “passiva e ausente”. Contexto em que a maioria dos capitalistas transformou-se numa mera classe ociosa e arrendatária, enquanto uma minoria cumpria a tarefa das funções administrativas e agia como uma espécie de “comissão executiva” de defesa e proteção dos interesses da classe capitalista (HUNT, 2005, p. 303).

As mudanças ocorridas na organização e nas atividades ensejaram algumas manifestações no campo da teoria econômica em meados do século XIX em diante; é o caso do neoclassicismo, tido como uma variante do classicismo. Numa espécie de contribuição de “mais do mesmo”, buscou refletir um ponto de vista social do capitalista (da indústria e dos negócios), o qual supostamente comportava-se de forma racional à maximizar o retorno de suas propriedades (na produção ou na carteira). Tal tradicionalismo negligenciou a complexidade do comportamento humano e descreveu de modo incompleto a transformação institucional e cultural deste período - em sua história, dinâmica, adaptações e conflitos.

Diante exposto, a “Economia institucional”, inaugurada por Veblen, nasceu como uma crítica original aos postulados que norteiam a denominada Economia tradicional. As críticas eram fundamentalmente: (a) à sua ênfase metodológica na ação individual, conduzida por uma racionalidade hedonista, orientada a maximizar o prazer e a minimizar

3. A opção por descrever “teoria econômica tradicional”, ou simplesmente “economia tradicional”, pauta-se na ideia de que Veblen reconheceu elementos comuns da tradição utilitarista e “clássica” na corrente marginalista (neoclássica). Contudo, a qualificação de “neoclássica” ao marginalismo, concernente ao pensamento econômico de meados do XIX em diante, foi consagrada posteriormente (GALBRAITH, 1989). Fazendo uso da consagração do termo e da sua *genesis*, denominamos nesse trabalho de “economia tradicional” o classicismo e seus subprodutos, em especial, o neoclassicismo.

a dor; (b) ao seu caráter a-histórico, que dá contorno simplista em detrimento da profundidade; (c) à sua natureza teleológica, em prejuízo da abordagem holística e, marcada por interações, conflitos e adaptações socialmente construídos; (d) à sua concepção estática e cartesiana da economia, orientada ao equilíbrio e não ao processo, dinâmica e evolução (VEBLEN, 1965; MONASTÉRIO, 1998; CONCEIÇÃO, 2000; 2008; HUNT, 2005; SILVA, 2008; SILVA, 2010; CAVALIERI, 2015).

Nesse empreendimento intelectual, embora possa parecer que o institucionalismo vebleniano concentrava sua crítica ao conhecimento científico a partir do capitalismo industrial, ele resgata que o conhecimento científico tradicional, embora dominante nos primeiros estágios do capitalismo industrial, foi fundamentado na economia manufatureira, em que os hábitos de trabalho da manufatura induziram os hábitos de pensamento da época. Conforme ressalta Monastério (1998), na visão de Veblen, o papel fulcral do artesão no processo produtivo contribuiu, desde então, para uma interpretação dos fatos baseada nas relações de causa e efeito, e ao mesmo tempo, para uma visão teleológica dos fenômenos e taxonômica dos objetos. Por teleologia, Veblen entendia a condução de uma meta pré-definida desejável através de leis naturais (normais), que por sua vez, constituem o caráter taxonômico. Tratam-se de especificidades que conduziram a uma ciência dita "pré-evolucionária" que valorizou a causalidade, a teleologia e seus subprodutos; à produzir um olhar reducionista da realidade econômica às universalizações do "caso normal" ou "natural".

Para Veblen, a economia tradicional pré-evolucionária limitou-se em tratar apenas as mudanças, e não o processo – com leis universais e imutáveis que demonstrassem o deslocamento de um hipotético ponto de equilíbrio para outro. No tocante ao assunto, Silva (2008) destaca que as contribuições dos neoclássicos na análise econômica do equilíbrio, da determinação do valor a partir da demanda e dos custos de produção, da concorrência e demais situações mercadológicas, faziam-se pela ótica dos interesses individuais e utilitaristas. Esses, assentados no individualismo metodológico⁴ e na análise estática, preceitos que impunham inevitavelmente teleologia.

Ao fazer uma leitura mais sociológica, Silva (2008) endossa a interpretação da crítica vebleniana em relação à Economia tradicional, ao resgatar que o jogo das relações políticas e sociais, por exemplo, pouco dizia à mesma, se não se pudessem avaliar esses condicionantes de mudança que propiciavam o suposto equilíbrio econômico. O autor ainda destaca o limite explicativo, a negligência a aspectos das ciências sociais e a ausência de uma visão histórica como as falhas básicas da Escola. Portanto, a teoria econômica hedonista, baseada em uma sociedade tradicional, não mais correspondia à estrutura institucional industrial e às características da dinâmica da produção e da acumulação de capital.

Nesse sentido, a leitura do autor corrobora em grande parte com a interpretação de Hunt (2005), o qual aponta que a crítica fundamental de Veblen perpassa pela ideia de que o pensamento econômico tratava a natureza humana de forma simplista e a-histórica, ao considerar o valor da utilidade balizado pela racionalidade individual. Para o autor, a tentativa de explicar tudo em termos de comportamento egoísta, racional e maximizador, a Economia clássica e neoclássica nada explicavam. Em consonância com essa interpretação, Cavalieri (2015) assinala que Veblen reconhecia a Economia clássica e sua

4. O individualismo metodológico é uma doutrina que "afirma que nenhuma explicação em ciência social ou história pode ser adequada a não ser que se expresse em termos que enfatizem plenamente aspectos dos indivíduos" (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 382).

linhagem como mera continuidade do utilitarismo⁵ de Bentham, sendo a concepção de natureza humana hedonista, o cerne da debilidade do esquema teórico da economia tradicional em compreender a realidade econômica. Para Veblen (1909) *apud* Cavalieri (2015), a escola clássica e a sua variante especializada, tomam como ponto de partida comum a psicologia dos hedonistas para explicar indústria e negócios, assim expressa:

A concepção hedonista do homem é a de que ele seja um calculador de prazeres e dores, que liga e desliga, que oscila como um glóbulo homogêneo de desejo de felicidade sob o impulso de estímulos que o deslocam de um lado para o outro, mas que o deixam intacto. Ele não tem antecedentes, nem ações consequentes. É um dado humano isolado, definido, em equilíbrio estável, a não ser pela ação repentina das forças que atuam sobre ele e que o deslocam em uma ou outra direção. Auto-imposto no espaço dos elementos, gira simetricamente em torno de seu próprio eixo espiritual, até paralelogramo de forças atuar sobre ele, quando segue, então, a linha da resultante. Quando a força do impacto chega ao fim, ele volta ao repouso, como um glóbulo de desejo autocontido, como antes (VEBLEN, 1961 *apud* HUNT, 2005, p. 306).

No tocante às forças da indústria, Monastério (1998) destaca a compreensão de Veblen na constituição de novos hábitos de pensamento e seus atributos, na medida em que a indústria, em prejuízo da manufatura, assume o lugar central na produção. O artesão, que atribuía forma à mercadoria por meio da habilidade manual, dá lugar a um tipo de produção com caráter impessoal e lógica de processo mecânico, sem espaços para animismo ou teleologia. Para o autor, Veblen entendia que a tecnologia mecânica induziu à constituição de hábitos de pensamento relacionados com a ideia de processo. Na manufatura, a distinção entre causa e efeito na produção era nítida; identifica-se a causa (o trabalho do artesão) e o efeito (o produto). Na indústria, por sua vez, o encadeamento das etapas produtivas faz com que a causalidade seja percebida como uma “sequência contínua de mudança cumulativa”.

No tocante às forças dos “negócios”, a tessitura da interpretação mais crítica de Hunt (2005) aponta que Veblen assinalava que as “finalidades últimas”, além de ideológicas, da teoria neoclássica ao insistir em explicar o processo de acumulação com fundamentos tradicionais, perpassavam pelas tentativas de: legitimar a remuneração do capital assentado na ideia de que ele produzia utilidade; demonstrar que as rendas eram socialmente justas por corresponder igualmente às contribuições produtivas; convencer a sociedade a não se rebelar, por ser a harmonia social o estado normal das coisas; e obscurecer a natureza dicotômica do sistema. Portanto, era vital reformular a teoria econômica conforme a base material (e, ou imaterial) da sociedade capitalista moderna, constituída por antagonismos, relações de poder, finais múltiplos e tecnologia, em um processo seletivo e coercitivo de evolução (ou involução) econômica e a maneira como a ação é moldada pelas circunstâncias, de modo que as ações do presente ajudam a definir o futuro.

Para o institucionalismo vebleniano, portanto, a economia tradicional tornava-se imprecisa não só por negligenciar todos os aspectos supracitados da realidade econômica

5. O ‘utilitarismo’ prega que a boa qualidade das coisas deve basear-se exclusivamente nas utilidades individuais que ela contém e ser tida como função destas (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

e social, como também por indicar que as condições de sobrevivência a que qualquer inovação estava sujeita à suposição de já ter ocorrido - e não de ter variado (HODGSON, 1993). Para o autor, Veblen buscava compreender como as inovações acontecem, não teorizar ou reforçar uma noção de equilíbrio após a transformação tecnológica.

Em face à crítica sistemática ao classicismo e neoclassicismo, e fazendo dele a baliza fundamental para a construção de uma Economia institucional, a proposta vebleniana sugere que a Economia se transforme em uma economia evolucionária⁶. Conforme Cavalieri (2015), tratava-se de acompanhar uma tendência que, segundo Veblen, já se constatava tanto nas ciências naturais como nas sociais. No entanto, ressalta o autor, que não bastaria propor uma economia evolucionária, seria necessário também superar algumas barreiras, uma vez que essa proposição ainda teria de vencer a sedução que os modelos teleológicos-taxonômicos impõem, na medida em que se constituem em métodos mais fáceis, metodologias mais elegantes e resultados mais rápidos, além de supostamente se enquadrarem ao corpo de conhecimento mais aceito.

Assim, a tentativa de conceber uma teoria econômica evolucionária perpassa fundamentalmente pela própria crítica ao individualismo metodológico, na qual instintos, hábitos e instituições exercem na evolução econômica papel relativamente correspondente aos gens na Biologia. Quanto a isso, Veblen afirma que "a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa" (VEBLEN, 1989 *apud* HODGSON, 1993, p. 17). Portanto, compreende que a evolução da estrutura social também tem sido um processo de seleção natural, neste caso, de instituições. Segundo Veblen (1965), a evolução constitui, portanto, na mudança dos hábitos mentais dos indivíduos que compõem uma comunidade. Monastério (1998) salienta que essa compreensão da realidade econômica assenta-se na ideia de que, como as propriedades físicas se mantêm, a evolução da economia deve corresponder à evolução do homem e de suas instituições – e por isso, a economia evolucionária deveria ser institucional, com princípios darwinistas aplicados às instituições.

Em relação aos traços marcantes da proposta vebleniana de economia evolucionária, embora já introduzidos despretensiosamente ao longo do texto, Monastério (1998) sintetiza algumas características importantes, tais como: (i) os hábitos de pensamento da indústria da tecnologia mecânica que deram maior atenção ao processo; (ii) a ênfase no intervalo de transição entre a causa inicial e o efeito final; e (iii) destaque à ideia de mudança cumulativa, em que a evolução é um esquema de causação cumulativa cega, de um processo absurdista.

Para o autor, Veblen apontava que para compreender a evolução da economia de uma sociedade, em termos gerais do darwinismo, não era suficiente considerar somente variáveis quantificáveis. Dessa forma, ele esclarece que a economia evolucionária vebleniana vai além do cálculo hedonista de renda, salários e juros, pois crê que o relacionamento do homem com o ambiente não seria imutável e que a conduta humana também estaria passível de uma sequência cumulativa de causalidade por meio dos hábitos e das convenções sociais.

Em certa medida, Silva (2008) corrobora com Monastério (1998) ao apreender que a economia evolucionária vebleniana é - *stricto sensu* - o estudo da mudança e adaptação ou a preservação de instituições exitosas através da história, partindo-se daí a sua aclamação como institucionalista. Para o autor, a economia evolucionária deve ser

6. Sobre "as instituições e os evolucionários", ler Conceição (2002, p. 136).

compreendida como um esforço de sistematização de sua metodologia para análise institucional. **Contudo, faz ressalva interessante, na qual expressa que:**

o conjunto teórico proposto por Veblen entrou para a história do pensamento social frequentemente vinculado a expressões como economia evolucionária e institucionalismo. Assim, não é incomum que se estabeleça certa confusão quanto à nomenclatura da análise social pretendida pelo pensador. A análise institucional, como queria Veblen, não deveria se restringir à análise da economia como atividade que, por si só, esgotasse todas as possibilidades de compreensão de uma manifestação social. Mas, ao contrário, o estudo econômico é que deveria ser plural se quisesse se firmar como uma interpretação robusta do desenvolvimento humano. Plural, para o caso da teoria vebleniana, significava incumbir o cientista social de uma multiplicidade de variáveis capaz de produzir uma análise competente e ampla da sociedade. (SILVA, 2008, p. 136).

A interdisciplinaridade para Veblen é justificada por sua compreensão de que a economia apenas alcançaria um novo paradigma a partir da compreensão das instituições sociais (CONCEIÇÃO, 2002; HUNT, 2005). Por isso, buscou afastar-se do pensamento neoclássico disciplinar e restrito, dando importância à integração da ciência econômica com outras ciências sociais, criando enlaces com a história, a psicologia, a sociologia, a filosofia e a antropologia a fim robustecer a interpretação institucional (SILVA, 2008). Assim, é possível perceber que tais leituras traduzem uma clara insatisfação de Veblen com a delimitação rígida e disciplinar, que se impunha sobre as ciências sociais e se demarcava como campos de conhecimento isolados, até então.

Por fim, o quadro-resumo a seguir busca apontar, sem o intuito de exaurir, a comparação entre as principais categorias analíticas da ciência econômica tradicional e a proposta vebleniana de economia evolucionária, objeto de análise do presente estudo.

Quadro 1 – Análise comparativa das principais características que constituem a economia tradicional e a proposta de economia evolucionária.

Economia tradicional	Economia evolucionária
Economia manufatureira	Economia industrial
Teleológica	Não-teleológica
Ênfase na racionalidade	Ênfase nos hábitos
Caráter a-histórico	Histórico
Ênfase no equilíbrio	Ênfase no processo
Análise estática	Análise dinâmica
Tendência melhorativa	Nenhuma tendência
Não considera instituições	Considera instituições
Taxonômica	Evolucionária
Disciplinar	Interdisciplinar

Fonte: Adaptado de Monastério (1998).

De maneira geral o quadro-resumo apresenta que, de forma antagônica ao pensamento econômico tradicional, a proposta vebleniana enxerga a economia sob uma condição interdisciplinar, holística e dinâmica de um todo agregado (das ciências e dos homens), socialmente construída, ao invés de explicada através da ação individual hedonista e da análise teleológica. Assim, Veblen afasta-se do *laissez-faire* clássico, em que a ação do homem era motivada por interesses individuais em uma tendência supostamente melhorativa.

Ao afastar-se categoricamente do *laissez-faire*, e de suas variantes específicas, observa-se proximidade conceitual e teórica com o marxismo, pois ambos reforçam profundas discordâncias em relação às Escolas clássicas e neoclássicas, no que concerne a ação individual e ao papel do mercado. Ademais, a despeito de algumas diferenças⁷, o paralelismo de ideias ainda se dá pela ênfase na abordagem histórica ao estudo do capitalismo industrial, afora o que Hunt (2005) e Conceição (2002) apontaram como subprodutos da abordagem história, tais como: a percepção de que a sociedade é historicamente particular e baseada na exploração do trabalho; a compreensão de que a propriedade privada é base para as relações de poder e dominação; e a compreensão de que as crises econômicas são inerentes ao funcionamento sistema capitalista.

Portanto, é possível identificar que a economia evolucionária propõe: (1) rejeição ao reducionismo e atomismo, e consideração de alternativas holísticas; (2) ao invés de uma abordagem estática de equilíbrio, uma abordagem dinâmica e evolutiva de processo; (3) ao invés de ênfase no indivíduo, as instituições como unidade de análise; (4) a concepção de uma economia aberta, interdisciplinar e com processo evolutivo ao invés do enfoque disciplinar e meramente taxonômico; e, (5) ao invés do agente racional e hedonista de ação individual da teoria clássica e neoclássica, uma compreensão do comportamento humano orientada por ação social, que por sua vez, tem sua gênese na propensões inatas do ser humano. Tais propensões inatas, por sua vez, os instintos e seus desenvolvimentos serão analisados à seguir.

3. DOS INSTINTOS À MUDANÇA INSTITUCIONAL

Os instintos são considerados como inerentes à ação humana desde a Antiguidade. Conforme Silva (2010), normalmente as ciências da natureza tratam o instinto como uma resposta automática dos seres vivos às demandas do meio e àquelas motivadas por outros seres vivos. No entanto, essa conceituação biológica de instinto está distante da definição pregada vebleniana. De acordo com Monastério (1998), Veblen compreendia os instintos como propensões inatas que definem os objetivos últimos do comportamento humano, em que cada instinto contém um objetivo a ser alcançado, mas cabe à inteligência a definição dos meios. Esse fato é o que difere o homem dos animais. **Segundo o autor, Veblen diferenciava os instintos das ações que eram puramente tropismáticas, as quais responderiam inconsciente e**

7. Contudo, Veblen, ao contrário de Marx, não julgava possível uma "transformação histórica" pela "revolução social". Para ele, a história "evolui" enquanto processo "absurdista", com uma trajetória cega, inexistindo qualquer movimento dialético que leve a rupturas pré-estabelecidas ou "redentoras", muito menos a qualquer processo determinístico de progresso. Sendo a conciliabilidade entre ambos possível somente na medida em que fomentam críticas comuns à ortodoxia clássica e neoclássica (Conceição, 2004)

impulsivamente aos imperativos diversos, considerando a participação da reflexão, em maior ou menor grau, componente presente em qualquer ação instintiva. Neste sentido afirma:

Na noção de instinto, sob a ótica vebleniana, o entendimento da dinâmica dos sistemas sociais só é possível na medida em que incorporamos novos elementos de interpretação. Esses novos elementos funcionam como recursos auxiliares na avaliação do peso da inteligência humana em convergência com fatores biológicos, cujo objetivo maior é maximizar os interesses particulares ou coletivos em vista de um meio social (SILVA, 2010. p. 292).

Portanto, percebe-se que a noção de instinto preconizada pela abordagem vebleniana não se compatibiliza com imperativos puramente intuitivos e inconscientes, do ponto vista estritamente biológico. Conforme Monastério (1998, p. 43), "Veblen considera que os tropismos são características genéticas, transmissíveis geneticamente, e como os instintos, em sua teoria, são *quasi-tropismatic*". Isto é, para ele, enquanto as sensibilidades instintivas possivelmente derivem dos tropismos, há similaridade no funcionamento de ambos que indica que os dois fenômenos podem ser considerados sobre as mesmas bases fisiológicas. Contudo, o mesmo impõe duas importantes ressalvas: (i) que não há um gene para cada instinto, e sim, um grupo de genes; e, (ii) que o conjunto de instintos é formado pelo ambiente hodierno. Portanto, ainda que a proposição vebleniana considere o "quase tropismo" ao atribuir aos instintos "traços hereditários", ele rejeita o tropismo puro, não reduzindo o instinto ao universo da biologia, mas ampliando-a com componentes sócio-históricos.

Na leitura de Cavalieri (2013), quando uma inclinação que é da natureza humana exige que o homem pense e raciocine para elaborar ações – com um fim determinado –, pode-se estar diante de um instinto. Ademais, para o autor, outra característica que ajuda a identificar um instinto é a compreensão de que existe uma propensão provocadora de ações irredutível a outras inclinações, encontradas em um nível supostamente mais básico da natureza humana. Contudo, o conceito de instinto em Veblen tende a ficar mais claro quando ele descreve essas inclinações basilares, as quais podem atuar simultaneamente sobre o comportamento humano.

Nesse sentido, as inclinações que originam os instintos (1965, 1994) ajudam a esboçar uma categorização teórica dos mesmos, a saber: (a) o instinto artesanal (ou do trabalho eficaz⁸), o qual o ser humano seria dotado de uma inclinação à realização de trabalhos úteis ao desenvolvimento e à melhoria das condições de vida em uma comunidade; (b) a inclinação parental, definido como à propensão humana ao cuidado, à proteção, ao bem estar social e à perpetuação da espécie; (c) a curiosidade vã, que conduz a busca pelo conhecimento, sem fins estabelecidos e, por fim; (d) o instinto predatório, o qual consiste na propensão à competição, ao conflito das relações sociais, à busca por dominação (MONASTÉRIO, 1998; SILVA, 2010; CAVALIERI, 2015).

No entanto, Silva (2010) procura enfatizar a importância do instinto predatório para endossar a teoria da classe ociosa proposta por Veblen em 1983. A proposta

8. Concepção que tem por base a contestação vebleniana do princípio clássico de que o trabalho é desprazeroso - *irksomeness of labor* – (1898)

vebleniana sugere que a inclinação natural ao desenvolvimento do instinto predatório ocasionou, no capitalista moderno, um comportamento pecuniário e desinteressado para com a produção de bens sociais. Nessa sociedade pecuniária, a função que lhe coube não foi àquela interessada em maximizar seus resultados na produção industrial, pois passou a ser motivado por uma espécie de propensão a sabotar o sistema produtivo da época. Ou seja, esse capitalista fixou-se a explorar o sistema produtivo, motivado pelos mecanismos de apropriação financeira. Nesse contexto, o autor ainda demarca a emergência do mercado de capitais e do acúmulo de ativos imateriais, a ganhar importância crescente na atividade pecuniária, mas que também gerariam crises econômicas que resultam em destruição dos competidores e agregam valor ao capital vitorioso. Por isso, Veblen teria atribuído a essa classe (rentista) não o instinto da produção, mas o predatório; que, uma vez imbuída pela inclinação competição-destruidora, gerava padrões de comportamento (hábitos).

Ficando os elementos que compõem os instintos, e como as propensões inatas definem os objetivos últimos da ação humana, interessa saber quais os meios para atingi-los. Segundo Monastério (1998), as propensões não indicam como as metas podem ser alcançadas dentro das condições materiais vigentes, e isso abre espaço para a reflexão e a habituação, na medida em que o homem passa a criar padrões de comportamento adaptando-se à situações de mudança. Conforme o autor, quando os padrões supracitados são repetidos para corresponder a um estímulo exógeno, conforme as metas instintivas, tem-se o que Veblen denominou de hábitos de vida (*habits life*), os quais condicionariam o ser humano a responder de forma relativamente irreflexiva quando diante de uma situação semelhante. Por outro lado, lembra que os hábitos não se mostram só nas atividades, eles também podem condicionar a reflexão dos indivíduos através dos hábitos de pensamento (*habits of thought*), os quais são a forma mais profunda com que os hábitos se evidenciam, no sentido vebleniano.

Em certo sentido, Silva (2010) corrobora com o autor ao acrescentar que os hábitos de vida perpassam pela esteira das práticas e usos cotidianos na esfera da materialidade, sendo os hábitos de pensamento traduzidos na esfera imaterial dessas mesmas práticas. Logo, compreende-se que atitudes passadas incorporadas de maneira corriqueira tornam-se parâmetro para os homens de uma comunidade, no sentido de que esses indivíduos passam a refletir tais práticas como naturais e perenes. Portanto, na abordagem vebleniana, os hábitos de vida exercem influência sobre os hábitos de pensamento.

Ademais, o autor compreende que os hábitos e instintos, portanto, parecem confluir para estimular a ação social do indivíduo, prescindindo da sua capacidade de racionalizar. Portanto, sua interpretação do argumento de Veblen assinala que mesmo que o indivíduo não faça ideia da origem ou aplicabilidade da ação que se tornou convencional, o hábito pode conservar-se sem que algo ou alguém o faça alterar. Isto é, quando o hábito torna-se algo que fora socialmente consagrado, ele se cristaliza de forma "quase inabalável". Posto isso, o homem fica subordinado aos imperativos materiais e imateriais que fogem ao seu controle. Contudo, isso não significa uma espécie de tropismo social, ou um imperativo fisiológico.

A tendência nos homens em preservar os hábitos indefinidamente é compreendida por Veblen (1965) como decorrência dos traços arcaicos e da concordância com os costumes vigentes. Ele assegura que uma eventual ocorrência de alteração dos hábitos se daria com atraso e, ou com relutância. Para o autor, esse fenômeno seria explicado pela incomodidade do homem perante o esforço mental que a mudança de um

padrão de comportamento impunha sobre ele. Tais concepções mostraram-se úteis para explicar o conservadorismo da “classe ociosa” e da classe inferior - em que a primeira estaria protegida das pressões econômicas de mudança, pois vivem mais da ausência do que da presença na indústria, enquanto a segunda estaria recolhida à sua suposta inferioridade para querer alterar um hábito.

Veblen (1965) compreendia que a classe ociosa, em oposição à classe trabalhadora, era resultado do direito de propriedade e do excedente de produção decorrente do avanço tecnológico que, sob forma de lucros, formaram uma sociedade pecuniária. Tal sociedade pecuniária agora era formada pela classe dos capitalistas ausentes (rentistas) e pela classe operária. A primeira era sustentada e retroalimentada pelas rendas da posse dos fatores de produção, e a segunda apenas pelos salários da força de trabalho, o qual configurava-se indigno e reflexo da inferioridade social. Assim, o ócio emerge como representação de superioridade, a ser mantido como hábito da classe dos ausentes.

No tocante à manutenção dos hábitos - e portanto, da ordem vigente -, Conceição (2000) resgata o conceito vebleniano da “irracionalidade socializada”, a qual mantém silenciada a classe trabalhadora e subjulgada à classe dominante, por meio da emulação e dos mitos autorizados. Para o autor, o conceito de emulação é diferente do conceito de mito autorizado, uma vez que, enquanto este último parte de uma norma, ou de uma regra socialmente convencionada, a emulação parte de uma ação do indivíduo, no sentido de copiar valores e hábitos dos estratos superiores da população. Portanto, em uma sociedade estratificada, a emulação e os mitos autorizados desvelam como a irracionalidade e o condicionamento social podem produzir uma falsa consciência de união dos estratos, por parte das populações mais pobres. Ademais, contribuem para uma não-ruptura da ordem estabelecida; impedem os dominados de compreenderem seus interesses de classe; e, inibem a revolta e sustentam a tirania. Tratam-se de uma espécie de “solidariedade das classes exploradas”, a qual contribui para inibir os efeitos do conflito sobre o sistema vigente.

Na abordagem vebleniana, a presença de hábitos mentais diferentes na sociedade é quem geraria, em regra, o conflito. Sobre isso, Cavalcante (2014) ressalta que a existência dessa distinção de hábitos mentais, podem emergir dos distintos modos de vida (fase pecuniária ou fase tecnológica), resultando eventualmente em conflito. O autor esclarece que, na concepção de Veblen, o conflito surge *a posteriori*, quando se nota diferentes hábitos que já dividiram a sociedade em classes. E pontua que esse processo acontece da seguinte forma: (i) inicia-se quando a subsistência passa a não ser mais um problema para os grupos sociais, em que já há alguma forma de propriedade, surgindo uma classe ociosa que dota de certos hábitos mentais; (ii) desenvolve-se a partir da evolução dos hábitos mentais, das instituições, duas classes sociais, uma relacionada aos processos mecânicos e outra à empresa de negócios; e, (iii) por fim, ao trazer consigo hábitos mentais distintos, as classes eventualmente entrariam em conflito. Assim, para a abordagem vebleniana, os diferentes hábitos geravam os conflitos das relações de poder e *status*, que por sua vez geravam pobreza. No tocante a isso, Conceição (2002) destaca a relevância da igualdade e da democracia à harmonia e ao progresso e, sua descrença quanto ao papel do mercado no alcance desses objetivos sociais, para Veblen. E isso significa dizer que elas só seriam alcançadas por uma substituição radical do mercado.

Diante do exposto, é possível compreender que o institucionalismo vebleniano enxerga o mundo social, em que instintos e hábitos mentais interagem constantemente, sendo o conflito um resultado histórico da constituição de hábitos mentais distintos. Para

ele, os hábitos mentais eram, ao mesmo tempo, uma motivação orientadora da ação (modelos mentais) e um conjunto de padrões de comportamento que os sujeitos já encontram estabelecidos (regras do jogo), que interagem entre si. *Grosso modo*, as ações habituais definem “pontos de vista”, por meio dos quais os fatos e os eventos são percebidos.

Conforme Monastério (1998), esse processo de habituação abrange o homem como um todo, e não somente uma faceta de sua personalidade. Por essa razão, um hábito que foi construído em consequência de uma determinada atividade passa a compor um rol de hábitos de pensamento e a influenciar todo seu comportamento, até mesmo, sua atividade científica. Isto é, o argumento vebleniano procurou ainda desvelar que a elaboração do conhecimento científico e dos critérios de cientificidade são cimentados por uma base de hábitos de pensamento da sociedade. Portanto, as exigências materiais de uma sociedade exercem influência sobre maneiras corriqueiras com que os homens interagem com o mundo que, por sua vez, dão base imaterial para formar costumes e, alimentar normas e instituições de uma sociedade. Assim, a abordagem vebleniana debruça-se sobre a compreensão e delimitação do conceito de hábitos mentais para conseguir explicar as condições em que determinadas práticas transformam-se em instituições.

Como já apresentado anteriormente, o conceito de instituições, para os dias atuais, é bastante complexo e, algumas vezes, até ambíguo. Porém, quando analisados os estudos de Veblen e de seus intérpretes, percebe-se um relativo consenso quanto à definição do termo instituição. Cavalieri (2013) identifica que a categorização de instituição, apresentada por Veblen, nasceu da construção de meios que os seres humanos projetavam para cumprir os fins propostos pelas inclinações de seus instintos. Tal como Veblen (1994, p. 7) explica: “sob a disciplina da habituação esta lógica e aparato de caminhos e meios encaixam-se em linhas convencionais, adquirem a consistência de costume e prescrição, e então tomam um caráter e força institucionais”. **Dessa forma, o autor aponta que, em linha com o pensamento vebleniano, o caminho (ou meio) para que as pessoas consigam alcançar alguma finalidade é a instituição. Assim expressa:**

As instituições [...] nascem da habituação, do caráter consuetudinário que algumas das ações ou vetores de ações gerados acabam assumindo. [...] Instituições são modos de agir ou de pensar que, embora nascidos da necessidade humana de se perseguir algum fim determinado, acabam adquirindo uma dinâmica própria, isto é, tornam-se fins em si mesmas.” (CAVALIERI, 2013, p. 61).

Ademais, Veblen (1969, p. 239) apresenta um conceito acerca do termo ao afirmar que as “instituições consistem em hábitos de pensamento que são próprios de uma sociedade em sua época”. Nesse sentido, a concepção vebleniana, ao sugerir que as instituições são como hábitos de pensamento, e tendo em vista que os hábitos vêm dos instintos naturais ou intrínsecos dos seres humanos, esboça a compreensão de que as instituições são o fruto ou resultado de um sistema de valores, costumes, práticas e visão de mundo. Nesse enfoque, conforme Conceição (2002, p.122), “o conceito de instituição em Veblen pode ser resumido como um conjunto de normas, valores e regras e sua evolução”. Isto porque, a proposta vebleniana entende a economia como um processo

histórico e, ao mesmo tempo, evolucionário. Dessa forma, o presente molda o futuro e a forma como os homens veem as coisas altera ou fortalece os seus pontos de vista.

Vale ressaltar que, ao apontar instituição como um conjunto de normas ou regras de conduta, Veblen estabelece como um fato universal a compreensão de que tais normas ou regras instituídas serão aceitas pelos indivíduos, como se fossem imutavelmente corretas, ao menos em princípio (MONASTÉRIO, 1998). Mas com a concepção de que tais regras – e instituições – não são imutáveis, uma vez que a proposição vebleniana prega a interlocução com a teoria evolucionista e combate a ideia da inércia quanto à economia e à sociedade, Monastério (1998) enfatiza que o comportamento das pessoas de acordo com as regras vigentes é dependente de uma pressão social que os indivíduos sofrem em sociedade.

No tocante à questão evolucionária, o próprio Veblen incluía este pensamento em suas definições, como por exemplo, **quando afirma que:**

As instituições – o que vale dizer, os hábitos mentais – sob a orientação das quais os homens vivem, são por assim dizer, herdadas de uma época anterior; época mais ou menos remota, mas, em qualquer caso, elaboradas no passado e dele herdadas. As instituições são o produto de processos passados, adaptados a circunstâncias passadas, e por conseguinte nunca estão de pleno acordo com as exigências do presente” (VEBLEN, 1965, p. 179).

Silva (2010) aponta que as instituições, para Veblen, remetem ao caráter coletivo de experiências comuns de grupo. Dessa forma, o autor afirma que sobre elas recaem o inequívoco papel de intensificar os usos e os costumes de modo a promover fluidez na dinâmica social. Ainda segundo este autor, “a instituição serve para balizar a ação dos indivíduos em meio à coletividade” (SILVA, 2010, p. 304). Tal relação da sociedade com as instituições é reforçada como uma relação de interdependência. Isto porque, na visão do autor, não existiriam instituições se não houvesse hábitos, instintos e, em suma, pessoas/sociedade. Dessa forma, “Veblen avaliou a sociedade como o resultado de instituições econômicas capazes de satisfazer uma certa gama de interesses comuns, cuja razão era garantir a sobrevivência de seus membros” (SILVA, 2008, p. 145).

Ainda no que diz respeito às instituições, Silva (2010) afirma que Veblen atribuiu uma importância singular ao processo de institucionalização dos comportamentos e valores de uma sociedade. Além desta, o autor ainda enfatiza que o substrato material na definição institucional tem um caso histórico célebre, a qual ele determina ser a classe ociosa⁹. Acerca da classe ociosa, Veblen (1965) afirma ser uma das primeiras consequências da ideia de propriedade instituída pela sociedade. Vale ressaltar que Veblen examinava a propriedade, no contexto da época, considerando as novas formas de dominação econômica na era industrial.

É válido ainda destacar que a conceituação de instituições, no tocante à visão de Veblen, não é estática, tão pouco apresenta delimitações bem definidas. A saber, Veblen (1965) ainda aponta a concepção de que as instituições são, também, repositórios de conhecimento social, uma vez que, “a complexa interação social dos hábitos individuais dos diferentes agentes econômicos constitui um estoque de conhecimento social, que não

9. Que emergiu dos hábitos de vida, que influenciou os hábitos de pensamento e cristalizou-se em instituições (MONASTÉRIO, 1998).

pode ser relacionado a nenhum indivíduo especificamente” (CASTELLI, 2017, p. 51). Com base nesse pensamento, o autor aponta que, então, “as instituições são resultado da interação humana, contendo em seu âmago o conhecimento social transmitido de geração para geração”. Essa concepção de que as instituições são resultado da história da sociedade que a comporta pode ser observado nas próprias palavras de Veblen (1965, p. 179) ao afirmar que “a situação de hoje modela as instituições de amanhã mediante um processo seletivo e coercitivo, atuando na habitual opinião humana sobre as coisas, e assim alterando, ou revigorando um ponto de vista ou atitude mental herdada do passado”. Essa afirmação já apresenta uma ótica voltada a possibilidades de mudança institucional.

É imprescindível compreender que a visão de Veblen acerca do conceito e definição de instituições não é a única e não deve ser entendida como uma verdade absoluta dentro da Economia institucional. Isto porque, o próprio conceito de instituições para Veblen é composto de várias dimensões e compreensões, ademais, posterior a ele, outros autores também trouxeram contribuições relevantes acerca do tema e auxiliaram na formação de um corpo de pensamento para esta área da economia, tais como Commons, Mitchell e Hodgson, por exemplo. No entanto, embora a abordagem da VEI vebleniana atente-se em conhecer os significados dos hábitos e das instituições, resgatando a noção de instintos para a discussão institucional e social - noção que é comumente entendida como biológica e inconsciente -, a abordagem também alcança o conceito de inteligência e racionalidade dos indivíduos.

Monastério (1998) afirma que a racionalidade possui uma multiplicidade de significados, mas ressalta que, dentro da área das Ciências econômicas, ela se apresenta como uma virtude intelectual calculista e deliberativa. Tal autor apresenta a racionalidade como tendo duas grandes vertentes: a racionalidade instrumental e a racionalidade procedimental, sendo esta última subdividida em outras duas: a racionalidade restrita e a expressiva. Especificamente, a conceituação de racionalidade instrumental é dada como a escolha, pelos indivíduos, das ações que melhor satisfazem seus objetivos (HEAP, 1992). Em contrapartida, a racionalidade procedimental restrita, apesar de não possuir uma teoria específica, compreende-se como uma postura que destaca a necessidade de restringir a validade dos pressupostos neoclássicos de maximização, modificando-os de acordo com a evidência empírica (SIMON, 1987); enquanto que a racionalidade procedimental expressiva corresponde à definição dos valores dos fins buscados, ressaltando a capacidade dos indivíduos refletirem, e até escolherem, o valor de seus objetivos de forma criativa (MONASTÉRIO, 1998).

A concepção vebleniana acerca das instituições dialoga com a racionalidade em diversos momentos. Uma vez que a concepção vebleniana apresenta objeções diretas ao *homo economicus* neoclássico, percebe-se como uma de suas objeções o fato deste pensamento restringir a eficiência da racionalidade. Conforme Monastério (1998, p. 70), “Veblen opõe-se à caracterização do indivíduo como um maximizador que faz cálculos hedonistas ininterruptos” e ainda “critica a visão de que os indivíduos são perspicazes e dotados de grande capacidade preditiva na apreciação antecipada dos prazeres”. Em linha com isso, Pessali (2015) ressalta que os economistas tradicionais concebe a racionalidade dos indivíduos em um dimensão normativa e axiomática, em que a ideia do *homo economicus* pressupõe o indivíduo agente racional; nessa corrente, a racionalidade remete-se ao cumprimento da premissa de ação racional, decorrente dos axiomas. Vale ressaltar que o autor não nega o atributo racional da espécie humana, mas entende que a racionalidade tem um “conceito intersubjetivo”, ou seja, ela emerge e se constitui por

meio da interação entre as pessoas nos sistemas sociais. Neste sentido, justifica-se a abordagem vebleniana ter contemplado aspectos da Psicologia e da Sociologia para estudar o comportamento humano, uma vez que o mesmo é constituído não só por aspectos institucionais, mas também, por aspectos cognitivos.

Conforme Zulian *et. al* (2018, p.423) resgatam, a cognição está relacionado ao hábito - um dos aspectos institucionais estudados por Veblen - e apontam que "não há como desvincular os instintos, os hábitos e a razão" no estudo do comportamento humano. Nesse sentido, sugerem concordar com Monastério (1998), o qual assegura que concepção vebleniana aponta que a conduta humana é motivada por fatores habituais e racionais conjuntamente. Na tessitura desta interpretação, aprende-se que a abordagem vebleniana prevê que o homem, seus instintos, seus hábitos e sua racionalidade são elementos que se interligam e conformam a ação do indivíduo¹⁰ que vive em sociedade. Por essa relação entre a conduta humana, instituições e racionalidade é que o autor elege Veblen como o precursor e até adepto da abordagem de racionalidade procedimental, uma vez que este tipo de racionalidade engloba trabalhos críticos da racionalidade instrumental e destacam a importância das instituições na conduta humana. Em suma, compreende-se que a ênfase na racionalidade é o que possivelmente distingue a abordagem vebleniana da abordagem que considera os indivíduos como seres condicionados a mecanismos inconscientes.

No que tange à temática da mudança institucional, a abordagem vebleniana apresenta uma posição enfática. Ao assumir a posição da economia como algo não estático, mas evolucionário, Veblen adotou, segundo Conceição (2002), uma posição pós-darwiniana com ênfase no "processo de causação", a tal ponto de escrever que "a vida do homem em sociedade (...) é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições" (VEBLEN, 1899, *apud* HODGSON, 1993, p.17). **Ao fazer esta afirmação Veblen assegura que as instituições não são e nem podem ser imutáveis ou rígidas. Podem mudar de forma gradual bem, como por rupturas violentas, expressando as maneiras de pensar e as ações empreendidas.**

O processo de causação, no entendimento de Silva (2008, p. 143), sintonizava-se com uma abordagem da "mudança consecutiva", em que a transição entre causas e efeitos não seriam presumidas, mas seriam avaliadas sem "fins definitivos". Veblen (1969, p. 77) sugeria a ligação entre a teoria evolucionista de Darwin e o pensamento econômico, de modo a se criar uma economia evolucionária que consistia na "teoria do processo de desenvolvimento cultural determinado pelo interesse econômico". Ao passo em que acreditava que as instituições são constituídas de hábitos de pensamento, a mudança institucional do pensamento vebleniano sugere ser um processo cuja dinâmica institucional teria confluência com a teoria da evolução de Charles Darwin, **como expresso:**

A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. O progresso que se fez e que se vai fazendo nas

10. "A possibilidade de individualizar as pessoas é uma questão-chave para o estudo do comportamento humano. Através de 'como' o indivíduo age é possível descobrir a sua personalidade, ou seja, a sua identidade pessoal. A identidade pessoal atua como se fosse uma marca da personalidade individual que nos diz como o indivíduo atua no ambiente social e a descoberta dessa identidade possibilitaria a aprendizagem sobre o ambiente econômico. É por isso que o problema da individualização seria relevante para a Economia" (MARIN, 2006, p. 603).

instituições humanas e no caráter humano, pode-se considerar, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um ambiente que vem mudando progressivamente mediante o desenvolvimento da comunidade e a mudança das instituições sob as quais o homem vive (VEBLEN, 1965, p. 177):

Assim, percebe-se claramente a relação que o autor faz entre a dinâmica das instituições e o poder de adaptação e permanência das mesmas (SILVA, 2010). Não o bastante, Veblen ainda dá à mudança institucional um caráter evolucionário tal qual é apresentado por Darwin no processo de seleção natural, onde só os mais fortes sobrevivem, **assim expresso:**

As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevaletentes ou dominantes de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção. De modo que as instituições em mudança levam por seu turno a uma ulterior seleção de indivíduos dotados de temperamento mais apto e a uma ulterior adaptação do temperamento individual e seus hábitos ao ambiente mutável, mediante a formação de novas instituições (VEBLEN, 1965, p. 177-178).

Logo, considerando esse pensamento, as instituições moldam-se a partir das estruturas comportamentais da sociedade, e se renovam constantemente ao passo que essas estruturas comportamentais “sobrevivam” ou não. Em outras palavras, conforme Silva (2010, p. 307), as “instituições sobrevivem e renovam-se desde que adaptadas às exigências da dimensão material das sociedades e suas produções sociais”. Nesse sentido, ao explicitar que o processo de mudança institucional em muito tem a ver com os pensamentos darwinistas de seleção natural, Conceição (2008) pondera o apontamento de três principais aspectos dentro do pensamento da abordagem institucionalista e que se referem a essa mudança, a saber: a história importa; as formas de crescimentos capitalistas são diferenciadas e múltiplas; e o processo de crescimento é contínuo e tem raízes históricas profundas. Conceição (2008), inclusive, reforça que não apenas a Velha Economia Institucional, mas também as demais vertentes da tradição institucionalista, compreendem que a mudança institucional considera todo o processo evolucionário de mudança das estruturas sociais e econômicas, além do caráter histórico e do *path-dependent* – que significa a dependência da trajetória.

Dessa forma, de modo sucinto, quando analisada a questão da mudança institucional percebe-se que as teorias de Charles Darwin assumem um papel importante na influência dos estudos de Veblen, assim como já foi indicado anteriormente. Monastério (1998, p. 95) levanta ainda outros pontos marcantes da mudança institucional como processo evolucionário, **quando aponta que:**

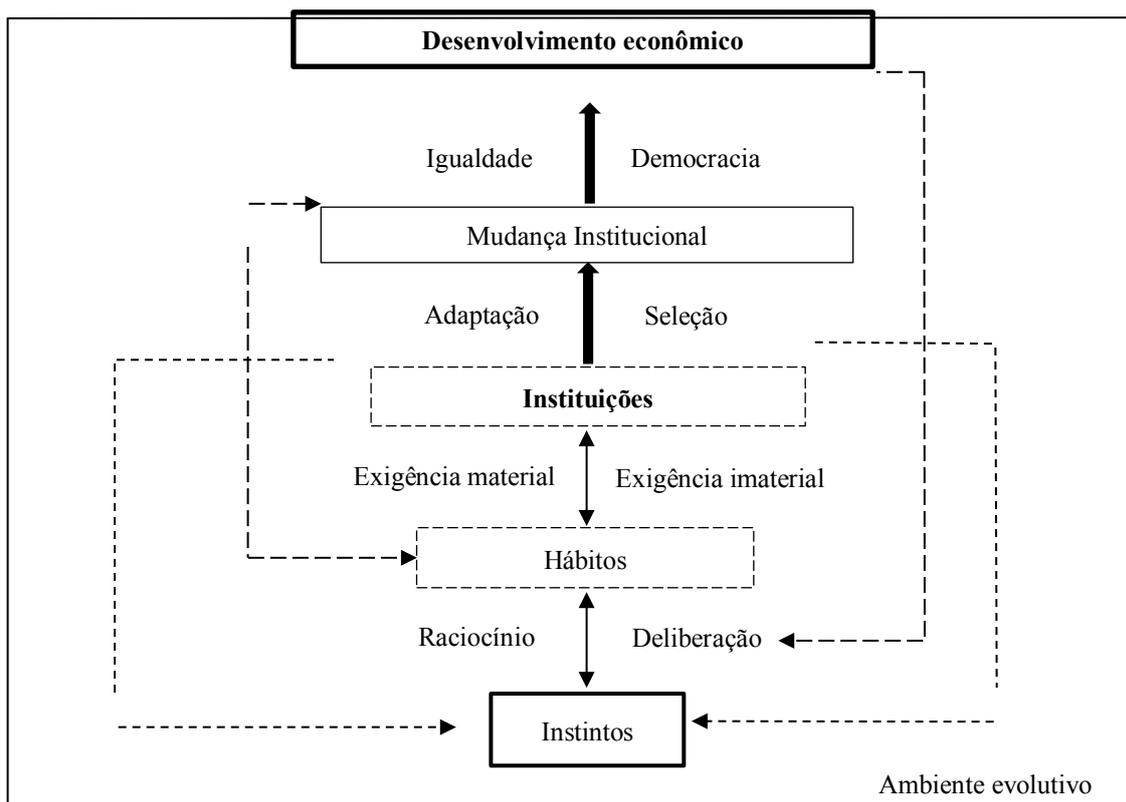
na visão de Veblen, o resultado geral da seleção natural das instituições está longe de ser uma espécie de purificação institucional [...] Quanto mais livre de instituições anacrônicas uma comunidade estiver, maiores serão suas possibilidades de desenvolvimento. Ou quanto mais arcaicos forem os hábitos de pensamento prevaletentes, mais agudos serão os problemas que uma sociedade enfrentará para se adaptar às novas ‘circunstâncias materiais’.

Em linhas gerais, o pensamento da mudança institucional é apenas um reflexo dos pontos apresentados anteriormente neste trabalho, pois ao compreender a economia sob a ótica institucional vebleniana torna-se impossível admitir um pensamento estático e imutável para as instituições, sendo compreensível o seu caráter evolucionário e adaptativo.

4. UMA PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VEBLENIANO

Em face dos conceitos apreendidos ao longo do presente estudo, foi possível propor uma tentativa de representação do desenvolvimento econômico vebleniano, embora suas obras não expressem explicitamente a preocupação com o desempenho. Para tanto, fez-se o exercício de resgatar e sintetizar as questões veblenianas basilares à compreensão de mudança e de crescimento econômico, a ser descrita figura a seguir.

Figura 1 – Esquema institucionalista de desenvolvimento a partir das ideias de Veblen



Fonte: elaborado pelos autores.

O esquema proposto retoma a relação entre instintos, hábitos e instituições, os quais interagem constantemente entre si. Da mesma forma, destaca-se o papel do raciocínio e da deliberação, quando considera que a participação da cognição e da reflexão, em maior ou menor grau, está presente em qualquer ação instintiva. Pois, o

indivíduo é capaz de raciocinar e deliberar para elaborar ações na medida em que as pressões externas exigem. Mas, quando as ações individuais supracitadas são repetidas, criam-se padrões comportamentais para corresponder a estímulos externos, conforme metas instintivas. Basicamente, compreende-se que atitudes passadas se tornam parâmetro para os homens de uma comunidade, em que hábitos e instintos passam a estimular uma ação social do indivíduo, baseado em valores, costumes, práticas e visão de mundo. Dessa maneira, o modelo proposto procura ainda apontar que as exigências materiais e imateriais de uma sociedade exercem influência sobre os hábitos, e portanto, sobre a forma como homens em comunidade percebem o mundo e como interagem com ele. Tal apontamento resgata a noção vebleniana de que os hábitos vêm para balizar normas e instituições, reforçando o argumento vebleniano de que o processo de habituação não só é a explicação de como determinadas práticas transformam-se em normas, mas também, a ponte que liga instintos às instituições (e vice-versa).

O esquema proposto procura representar ainda a ideia de que as instituições só se renovam se os hábitos se renovarem. Para Veblen, as instituições moldam-se a partir das estruturas comportamentais da sociedade. Isso é, as instituições renovam-se à medida em que as estruturas comportamentais “sobrevivem” ou não. Afinal, para ele, a vida do homem em comunidade, assim como a de outras espécies, é uma luta pela existência, num processo de seleção adaptativa. Nesse sentido, a evolução da estrutura social deve perpassar pela adaptação e, ou seleção de instituições numa sociedade.

Portanto, constata-se que a dinâmica institucional representada no esquema de desenvolvimento proposto, a partir das ideias de Veblen (1965, p. 177), assenta-se na ideia de que “o progresso que se fez e que se vai fazendo nas instituições humanas e no caráter humano, pode-se considerar, de um modo geral, uma seleção natural dos hábitos mentais mais aptos e um processo de adaptação forçada dos indivíduos”, o qual se dá através do desenvolvimento da comunidade e da mudança institucional. Embora não se trate de uma purificação institucional, o institucionalismo vebleniano sugere que quanto mais livre de instituições arcaicas uma sociedade estiver, maiores serão suas chances de desenvolvimento, enfatizando, sobretudo, a importância da desinstitucionalização da pobreza, e a importância da igualdade e da democracia como importantes ao progresso.

Em suma, ressalta-se que o modelo reforça a capacidade de influência dos indivíduos sobre as instituições, e por consequência, sobre o desenvolvimento econômico das sociedades. Tal reforço não exclui a compreensão de que os instintos sofrem influências das instituições existentes, uma vez entendido que os instintos dos indivíduos não são explicados apenas pela dimensão biológica do aspecto hereditário. Isto posto, sugere-se que o ambiente social afeta o ambiente natural e evolutivo, causando alterações dos instintos e, conseqüentemente, da conduta humana em direção ao desenvolvimento econômico. Contudo, o esquema proposto não tem a pretensão de reduzir ou esgotar as características da noção de desenvolvimento em um compartimento final e absoluto. Trata-se de um sistema complexo, aberto e em debate.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado como um dos teóricos sociais mais importantes e originais de seu tempo, Veblen inaugurou a heterodoxia na história do pensamento econômico, inspirando o presente trabalho. A investigação buscou selecionar e apresentar as principais

categorias analíticas presentes em seu empreendimento intelectual, bem como, as resgatadas por seus intérpretes. A partir de uma revisão de literatura, foram consideradas e analisadas as seguintes categorias para análise: a crítica à economia tradicional e a proposição de uma economia evolucionária e interdisciplinar, os instintos, os hábitos, as instituições, a racionalidade e a mudança institucional.

Foi possível observar que Veblen, diferente da ortodoxia, buscou refletir e descrever as mudanças da estrutura, da organização e das atividades econômicas e sociais, fundamentalmente na transformação cultural e institucional do capitalismo industrial e no questionamento da teoria econômica tradicional. Sua crítica fundamentou-se na consideração da concepção hedonista da natureza humana, e seus subprodutos decorrentes, para explicar a realidade socioeconômica. Tais críticas foram direcionadas a ênfase metodológica na ação individual, conduzida por uma racionalidade hedonista, orientada à maximizar o prazer e a minimizar a dor; ao caráter a-histórico, que dá contorno simplista em detrimento da profundidade; a natureza teleológica, em prejuízo da abordagem holística, marcada por interações, conflitos e adaptações socialmente construídas; e à concepção estática e cartesiana da economia, orientada ao equilíbrio e não ao processo, dinâmica e evolução.

A proposição vebleniana de criar uma forma alternativa à economia tradicional baseada em elementos teóricos-analíticos distintos levou a considerar a economia como processo evolucionário. Tal proposta surge não só pelo interesse em compreender o processo produtivo da indústria mecanizada, como também, do interesse em apontar as "dicotomias do capitalismo" - das forças da indústria e dos negócios (sob o ponto de vista da economia); e das forças da classe capitalista e da classe operária (sob o ponto de vista da sociedade).

Sob este quadro, Veblen afirma que as propensões instintivas dos seres humanos constroem caminhos e meios para a realização dos propósitos definidos. Desenvolvem ações e constroem meios para cumprir os fins desejados. Neste curso, desenvolvem ações sequenciais destinadas a alcançar o objetivo instintivo. Tais ações sequenciais tornam-se institucionalizadas, dado que o modo de pensar e agir se transforma de forma automática para indivíduos ou grupo de indivíduos. Porém, tais construções podem ocorrer de forma distinta. Em condições melhores, a construção de caminhos e meios possibilita cumprir as finalidades propostas, distinta do que em situações opostas. Se em determinada comunidade, indivíduos possuem maior nível de inteligência e conhecimento, mais elaborada será o caminho e os meios entre as propensões ditadas pelos instintos e a realização das ações.

Na matriz vebleniana, os modos de pensar e de agir desenvolvem-se no curso das relações sociais e adquirem dinâmica própria. Existem acordos e divergências nestes procedimentos. Assim como, tais modos mudam de forma incessante e cumulativamente. Os caminhos para perseguir os fins desejados se ampliam e ganham complexidade. Da mesma forma que se desenvolvem em ambiente marcado por movimentos seletivos e adaptativos. Diante disso, não há garantia que as sucessivas mudanças atinjam os fins estabelecidos: podem atingir como não alcançar o fim desejado. No conjunto de tais ocorrências, a estrutura institucional estabelecida constitui resultante reflexo da seleção, variação e adaptação do modo de pensar e de agir dos indivíduos na sociedade.

Nesta perspectiva, instituições para Veblen constituem as formas de ser e fazer as coisas – hábitos - inspiradas em motivações individuais – instintos. Presentes momento de avaliação subjetiva de pensar – instinto – ao lado do momento objetivo de agir – ações - de uma determinada maneira, perante um conjunto de regras e comportamento

enraizados na sociedade. Assim sendo, o ser humano desenvolve ações para cumprir metas fornecidas pelos instintos. Tais ações, por sua vez, podem ser passivas, amorfas, apática e inerte, bem como podem configurar ativas, dinâmicas e transformadores. Tais manifestações conformam trajetórias de desenvolvimento de sociedades distintas. Sob este signo, o processo de desenvolvimento decorre da relação entre indivíduos e instituições, cujos modos de pensar e de agir estabelecem padrões de conduta, estratégias e decisões e estimulam a constituição de instituições compatíveis com a direção desejada para o desenvolvimento.

Ademais, constatou-se que suas propostas possuíam as instituições como unidade de análise, por isso a vinculação do termo “institucionalista” às suas origens. Porém, mais do que isso, observou-se que essa vinculação - quer histórica, metodológica, conceitual, política ou paradigmática - nasceu não apenas da consideração de uma mera “variável” explicativa, mas de uma percepção robusta acerca de instituição. Nessa abordagem, a “instituição” é vista uma consequência de certa conjuntura presente, que define o futuro por meio de um processo seletivo e coercitivo de causação circular, o qual é reflexo da maneira como os homens vêem o mundo, onde “instintos, hábitos e instituições” exercem influência, na evolução ou involução da economia.

A despeito da dificuldade em separar as categorias de análise veblenianas para serem estudadas, uma vez que continuamente seus conceitos se interligam, interagem e se sobrepõem, a análise das mesmas permitiu identificar que o desempenho do homem em sociedade é uma interrelação da motivação biológica, do suporte sócio-histórico e da racionalidade. E que, as instituições, dentro desse sistema socioeconômico, têm a sua gênese no processo de habituação, expressa no caráter consuetudinário presente nas ações. E nesse sentido, percebe-se que a mudança institucional só é possível a partir da mudança de hábito, o que fortalece a ideia de que importa analisar conjuntamente os hábitos, instintos e racionalidade para a compreensão da mudança institucional.

Por fim, a partir das análises feitas, propôs uma primeira aproximação de um modelo de desenvolvimento econômico vebleniano, no qual foi sugerido que há influência dos indivíduos sobre as instituições, e conseqüentemente sobre o desenvolvimento das sociedades – ressaltando o caráter interdependente das relações e destacando que o desenvolvimento econômico segue uma trajetória processual, com aspectos que envolvem o contexto histórico, os hábitos de uma sociedade e os instintos humanos.

Contudo, não se objetivou exaurir as características da noção de desenvolvimento em uma ideia final, uma vez que se trata de um sistema complexo, aberto e em debate, que vem sendo revigorado e retomado por uma agenda institucionalista; recolocando-se a necessidade de aprofundamento das propostas da Velha Economia Institucional (VEI), sobretudo, das teorias de Thorstein Veblen.

REFERÊNCIAS

CASTELLI, J. R. **A Trajetória Dependente da Política de Inovação Brasileira (1995-2012):** Hábitos de pensamento e enraizamento institucional. Tese de Doutorado em Economia (308 p.), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

CAVALCANTE, C. M. **A Economia Institucional e as Três Dimensões das Instituições.** Revista de Economia Contemporânea, v. 18, n. 3, p. 373-392, 2014.

CAVALIERI, M. A. R. **Thorstein Veblen entre seus pares economistas**: um estudo sobre a audiência e a estrutura argumentativa de sua crítica sistemática ao pensamento econômico. Nova economia. 2015, vol.25, n.1, pp.11-34. 2015.

CAVALIERI, M. A. R. **O Surgimento do Institucionalismo Norte-Americano de Thorstein Veblen**: economia política, tempo e lugar. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 1 (47), p. 43-76, abr. 2013.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições, crescimento e mudança na ótica institucionalista**. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. Teses FEE n. 1. Porto Alegre, 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **O Conceito de Instituição nas Modernas Abordagens Institucionalistas**. Revista de Economia Contemporânea, v. 6, n. 2, p. 119-146, jul./dez., 2002.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Além da transação: uma comparação do pensamento dos institucionalistas com os evolucionários e pós-keynesianos**. Encontro Anpec. Anais. 2004.

CONCEIÇÃO, O. A. C. **A Dimensão Institucional do Processo de Crescimento Econômico**: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. Economia e Sociedade. Campinas.v.17, n. 1, pp. 85-106, abr. 2008.

GALBRAITH, J. K. **O Pensamento Econômico em Perspectiva** – uma história crítica. Editora Pioneiras, SP. 1989.

HEAP, S. H. et al. The theory of choice: a critical guide. Oxford: **Blackwell**, 1992.

HODGSON, G. M. Institutional economics: surveying the 'old' and the 'new'. **Metroeconômica**, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARIN, S. R. **The theory of the individual in economics: identity and value**. Economia e Sociedade [resenha], Campinas, v. 15, n. 3 (28), p. 603-606, 2006.

MONASTÉRIO, L. M. **Guia para Veblen**: Um estudo acerca da Economia Evolucionária. ED. UFPel: Editora Universitária da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 1998.

OUTHWAITE, T.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PESSALI, H. F. **Nanoelementos da mesoeconomia**: uma economia que não está nos manuais. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. 144p.

SILVA, V. L. **Arqueologia da Sociologia Econômica**: a contribuição de Thorstein Veblen. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 133-151, 2008.

SILVA, V. L. **Fundamentos do Institucionalismo na Teoria Social de Thorstein Veblen**. Política & Sociedade, v. 9, n. 17, outubro, 2010.

SIMON, H. A. **Behavioural economics**. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (ed.) THE NEW PALGRAVE: A Dictionary of Economics. London: Macmillan, p. 221-225, 1987.

VEBLEN, T. B. **The instinct of workmanship and the irksomeness of labor**. 1898. In: Essays in our changing order. The Collected Works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994

VEBLEN, T. B. **A Teoria da Classe Ociosa**: um estudo econômico das instituições. (1ª edição em inglês: 1899). Tradução: Olívia Krähenbühl. São Paulo: Livraria Pioneira Editora. 1965.

VEBLEN, T. B. **Veblen on Marx, Race, Science and Economics**. The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays (1ª ed., 1919). New York: Capricorn Books. 1969.

VEBLEN, T. B. **A Alemanha imperial e a Revolução industrial; A teoria da classe ociosa**. Sao Paulo: Abril Cultural, 1980.

VEBLEN, T. B. **The instinct of workmanship and the state of industrial arts**. The collected works of Thorstein Veblen. London: Routledge/Thoemmes Press, 1994

ZULIAN, A.; MARIN, S. R.; JÚNIOR MARTINELLI, O. **Comportamento dos indivíduos e instituições: uma abordagem Vebleniana**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 2 (63), p. 409-430, ago. 2018